

De endoidecer mente sã: considerações acerca da relação entre a flexibilização no mundo do trabalho e o adoecimento mental de homens

To drive a sane mind crazy: considerations about the relationship between flexibilization in the world of work and mental illness in men

DOI:10.34119/bjhrv6n4-259

Recebimento dos originais: 10/07/2023

Aceitação para publicação: 08/08/2023

Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Endereço: Campus Universitário Lagoa Nova, Natal – RN, CEP: 59078-970

E-mail: emillybezerraf@gmail.com

Guilherme Castro de Queiroz

Residente Médico pelo Programa Medicina de Família e Comunidade

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Endereço: Campus Universitário Lagoa Nova, Natal – RN, CEP: 59078-970

E-mail: guilhermecq1996@gmail.com

RESUMO

Este artigo se propôs a realizar uma reflexão entre o trabalho e o adoecimento mental, estabelecendo um recorte de gênero. O objetivo geral do presente estudo foi analisar como a organização do trabalho no modo de produção capitalista tem impactado no adoecimento psíquico dos homens internados nas enfermarias de saúde mental do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL). Para atingir os objetivos propostos foi realizado um estudo bibliográfico com complementação da pesquisa documental, através de prontuários, entrevistas sociais, diário de campo e sistemas hospitalares para dar fundamentação às bases teóricas elencadas. O desenvolvimento da discussão está pautado em dois tópicos e finalizando o debate com as considerações finais. Como resultados da pesquisa foi possível receber a partir dos dados fornecidos pelos usuários juntamente com o arcabouço teórico que existe uma clara relação entre a precarização do trabalho e o adoecimento mental de homens, sendo os padrões de masculinidade e as relações patriarcais fortes elementos de potencial agravante. Esse trabalho é fruto do que foi observado no processo de dois anos de construção deste artigo como Trabalho de Conclusão de Residência (TCR).

Palavras-chave: saúde mental, precarização do trabalho, gênero, masculinidades.

ABSTRACT

This article proposed to carry out a reflection between work and mental illness, establishing a gender approach. The general objective of the present study was to analyze how the organization of work in the capitalist mode of production has impacted on the mental illness of men hospitalized in the mental health wards of the University Hospital Onofre Lopes (HUOL). In order to achieve the proposed objectives, a bibliographical study was carried out with the addition of documental research, through medical records, social interviews, field diary and hospital systems to support the listed theoretical bases. The development of the discussion is guided by two topics and ending the debate with the final considerations. As a result of the

research, it was possible to receive from the data provided by the users together with the theoretical framework that there is a clear relationship between the precariousness of work and the mental illness of men, with masculinity patterns and patriarchal relationships being strong elements of aggravating potential. This work is the result of what was observed in the two-year process of building this article as a Residency Completion Work (TCR).

Keywords: mental health, precarious work, gender, masculinities.

1 INTRODUÇÃO

Para introduzir a discussão proposta nesse artigo é interessante analisar a letra composta pelo músico Gonzaguinha. O cantor e compositor traz em sua canção *Um homem também chora* (*guerreiro menino*) os seguintes versos: “Um homem se humilha / Se castram seu sonho / Seu sonho é sua vida / E vida é trabalho / E sem o seu trabalho / O homem não tem honra / E sem a sua honra / Se morre, se mata / Não dá pra ser feliz” (GONZAGUINHA, 1983).

O início desse trabalho a partir da análise da música de Gonzaguinha parte da compreensão de que a arte imita a vida. Entender a relação posta entre o trabalho e a condição de existência do ser humano é fundamental para apreender sua gênese, o seu próprio processo formativo. Essa observação pode ser observada de forma ainda mais clara quando há a proposição de enxergar a influência do trabalho (e de sua precarização) com determinadas lentes e é nesse cenário que a ótica marxista tomará espaço na discussão dessa temática – a qual analisará esse movimento a partir dos movimentos sócio-históricos.

A percepção do adoecimento mental de homens ocorreu a partir da inserção em uma enfermaria de atenção psicossocial localizada no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) durante a realização do primeiro ano de residência no Programa Multiprofissional em Atenção Psicossocial, mais precisamente na enfermaria do sexo masculino, a qual passou a ser o lócus de observação, onde buscava-se a compreensão de como as condições de vida e trabalho se tornaram agravantes e/ou originadores do seu adoecimento mental.

O interesse partiu de um dos casos da enfermaria, onde o usuário estava internado por tentativa de suicídio. Um dos fatores que impulsionou esse comportamento foi sua relação com o trabalho, pois ele estava fora do mercado formal de trabalho e não podia garantir o sustento da família, o qual era realizado por sua esposa. Na visão do usuário, isto não era o correto porque ele era o “homem da casa” e deveria arcar com o seu papel.

Notou-se, então, que o debate entre Trabalho e Gênero são aspectos essenciais na discussão sobre o adoecimento mental. Assim, compreendendo os elementos apresentados é possível afirmar que eles constituem uma rede particular, posto que as relações produtivas e as

relações patriarcais de gênero conseguem interferir no modo como o sujeito se enxerga e é enxergado na sociedade.

Entender o lugar do ser humano na sociedade capitalista é uma tarefa que exige atenção e arcabouço teórico para embasar a discussão, pois ele é passível de diversas abordagens. Compreender a existência em um modelo econômico específico, pautado na acumulação flexível significa entender que essa flexibilidade se estende às demais áreas da vida – inclusive o trabalho – acarretando agravamento ou sendo o fator para o adoecimento mental.

Assim, a pesquisa propôs discutir o papel do trabalho e as mudanças que ele sofre com a reestruturação produtiva relacionando-o com categorias que permeiam a inserção na sociedade, como as relações patriarcais de gênero, visto que se parte da compreensão que o Gênero e o Trabalho podem ser categorias que interferem no processo de adoecimento mental de homens, especificamente com foco nos usuários internados na enfermaria de saúde mental do referido hospital.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar como a organização do trabalho no modo de produção capitalista tem impactado no adoecimento psíquico dos homens internados nas enfermarias de saúde mental do Hospital Universitário Onofre Lopes. Já os objetivos específicos foram: a) identificar os tipos de adoecimentos mais comuns aos homens que acessam o serviço de saúde mental do HUOL; b) apreender as principais conexões entre a flexibilização no mundo do trabalho e o adoecimento mental dos homens atendidos na enfermaria de saúde mental do HUOL; c) compreender a influência das relações patriarcais de gênero e da masculinidade hegemônica como elementos agravantes do processo de adoecimento mental no contexto da reestruturação produtiva do capital.

2 METODOLOGIA

A pesquisa social faz-se por aproximação, não sendo um objeto tão claro ou palpável quanto os trabalhados nas ciências naturais. De acordo com Minayo (2009), o objeto das Ciências Sociais é a história, então como consequência desse fato, o objeto possui uma característica incomum: ele possui consciência histórica. Além disso, sempre haverá uma identidade entre o sujeito e o objeto, visto que pesquisa uma realidade da qual faz parte, levando a um maior comprometimento da pesquisadora ao se propor a realizar esse projeto.

O método abordado e a análise do que foi proposto nesse artigo se baseia no método crítico-dialético, baseado na teoria crítica de Karl Marx (1818-1883), a qual considera as dimensões quantitativas e qualitativas, contradições, valores, subjetividade e exterioridade dos fenômenos. Ele compreende que os problemas não são apenas de natureza teórica/filosófica,

mas que devem ser pensadas em um arranjo ideopolítico por sua teoria social estar vinculada a um projeto revolucionário; além de trabalhar com o exame racional, tornando os sujeitos conscientes de seus fundamentos, condicionamentos e limites (NETTO, 2011).

Ainda de acordo com Netto (2009) é necessário realizar a articulação entre três categorias teórico-metodológicas – a totalidade, a contradição e a mediação – sendo esta a chave para elaborar uma perspectiva metodológica crítica.

Essa pesquisa parte de um estudo bibliográfico e tem como suporte a pesquisa documental através da utilização de dissertações, teses, artigos acadêmicos e obras literárias para o aprofundamento e discussão da temática. São referências para a análise autores como Antunes, Bento, Saffioti e Scott. Deste modo, a pesquisa buscou estabelecer a relação entre a carga teórica e o perfil das condições de vida e trabalho com a totalidade em que o ser social está inserido, relacionando os determinantes sociais da saúde¹ e o adoecimento mental.

Além disso, foi realizada uma pesquisa documental no setor de Serviço Social do HUOL analisando as entrevistas sociais, prontuários, livro de ocorrência e Sistema de Informação Hospitalar para o acesso dos dados que dizem respeito aos usuários que estiveram internados na Unidade de Atenção Psicossocial (UNAPS) no período de março de 2020 a março de 2021, o que totalizou o número de 31 sujeitos.

Para a obtenção dos dados que serão apresentados foi realizado um processo de submissão (Processo CEP: 4.695.989) do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes, instituição ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (HUOL/UFRN). A coleta e análise dos dados teve início a partir da aprovação sinalizada na Plataforma Brasil (número de CAAE: 44579521.3.0000.5292).

A partir da aprovação, houve a coleta de dados de todos os pacientes do sexo masculino internados no período de março de 2020 a março de 2021, totalizando 31 homens. É importante ressaltar que ao longo do processo de pesquisa, o estudo sofreu mudanças devido às condições objetivas da enfermagem masculina em razão da dificuldade de internações de pacientes, as quais foram limitadas por causa da pandemia da COVID-19.

Assim, esse artigo se dispôs a realizar o debate de como o trabalho é fundamental para a constituição do ser social, realizando uma articulação com o gênero e adoecimento mental. A discussão e a análise dos dados ocorrerá no decorrer do desenvolvimento, onde o primeiro

¹ De acordo com Rocha e David (2015), o enfoque nos determinantes sociais da saúde pode ser definido como o “reconhecimento que, sob o capital, as relações sociais de produção e reprodução da vida são permeadas e expressam as contradições inerentes dos projetos de classe em disputa, e que estas contradições, por sua vez, expressam-se em desiguais formas de viver, adoecer e morrer” (p. 131).

tópico é denominado “‘Sem trabalho eu não sou nada’: o lócus do trabalho como constituinte do ser social e a precarização como ataque ao existir”, que se debruça sobre o caráter central do trabalho na construção do ser social e sobre os reflexos da precarização do trabalho sobre a existência humana; o segundo tópico tem como tema: “‘Home que é home sente orgulho de sê macho’”: as relações patriarcais de gênero enquanto fator para o adoecimento mental”, o qual irá se deter às relações patriarcais de gênero e como as masculinidades hegemônicas influenciam no processo de adoecimento mental. Por fim, as considerações finais.

3 “SEM TRABALHO EU NÃO SOU NADA”: O LÓCUS DO TRABALHO COMO CONSTITUINTE DO SER SOCIAL E A PRECARIZAÇÃO COMO ATAQUE AO EXISTIR

A letra da música da banda Legião Urbana que tem como título “Música de trabalho” pode ser considerada uma forma bem lúdica de compreender o debate que será realizado a seguir. A composição inicia trazendo os seguintes versos “Sem trabalho eu não sou nada / Não tenho dignidade / Não sinto o meu valor / Não tenho identidade”.

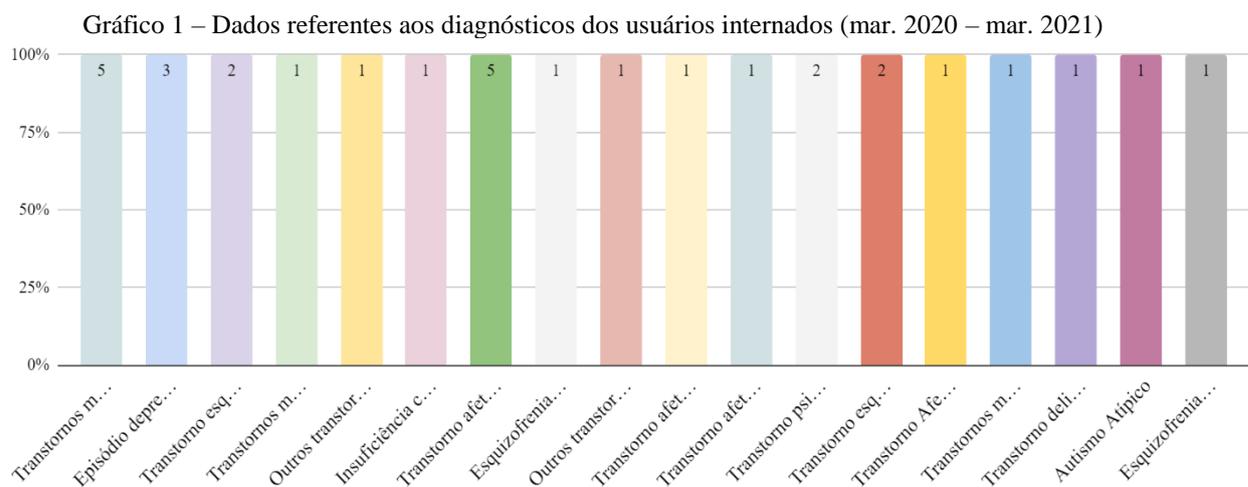
A partir desse texto é interessante estabelecer um diálogo com o contexto atual. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, no 2º trimestre de 2021 o número era de 14,4 milhões de desempregados, totalizando um percentual de 14,1% de brasileiros/as que estão fora do mercado de trabalho formal, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2021).

O debate sobre o desemprego e a saúde mental é intrínseco, pois compreende-se que o trabalho se constitui como um fator protetivo ou prejudicial frente à promoção da saúde mental. Por isso, quando a população se encontra em um contexto de ausência de oportunidades no mercado de trabalho formal e tem sua concentração na informalidade, nota-se um aumento nos índices de adoecimento mental, tais como episódios depressivos, uso de substâncias psicoativas e ascensão nas taxas de suicídio. Esse processo pode ser diretamente relacionado à baixa remuneração, à quantidade de horas trabalhadas, às leis trabalhistas frágeis e à dificuldade de acesso às tecnologias e aos procedimentos que promovem a saúde e a segurança.

Assim, para compreender melhor o processo de adoecimento mental dos usuários internados na enfermaria, houve um levantamento dos dados para saber os diagnósticos dos pacientes internados no período de um ano (março de 2020 a março de 2021). Dessa forma, notou-se que os mais frequentes são: Transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco com sintomas psicóticos (5 usuários); Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool - outros transtornos mentais ou comportamentais (5 usuários); Episódio depressivo grave

sem sintomas psicótico (3 usuários); Transtorno esquizoafetivo do tipo depressivo (2 usuários); e Transtorno psicótico agudo polimorfo, com sintomas esquizofrênicos (2 usuários).

É importante que haja noção desses diagnósticos para compreender a relação entre a precarização do trabalho e adoecimento mental de homens, pois diagnósticos como Transtorno Afetivo Bipolar (TAB) e Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas são doenças que podem se tornar incapacitantes ou até mesmo serem estigmatizadas pela sociedade, dificultando a inserção dos usuários no mercado formal de trabalho.



Fonte: Dados coletados nos sistemas hospitalares do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) através das entrevistas sociais dos usuários internados em leitos de saúde mental do período de março/2020 a março/2021.

A relação entre o trabalho e a saúde mental já é bem debatida, principalmente pelos teóricos que trabalham com a tradição marxista, a qual irá compreender que o trabalho ocupa um papel de centralidade ontológica² na vida dos sujeitos, considerando que é através dele que o ser social se constitui como indivíduo. A categoria trabalho é entendida como:

[...] fundada e fundante que encontre na realidade objetiva da natureza a base real do ser social e seja, ao mesmo tempo, capaz de apresentar o ser social em sua simultânea identidade e diferença com a ontologia da natureza (LUKÁCS, 1979, p. 64).

Além disso, é necessário ressaltar que o ser social também é construído por outras categorias, tais como: a historicidade de sua existência, a sua objetividade sócio-histórica – compreendendo o ser como fruto de uma totalidade dinâmica, complexa e processual constitutiva de sociabilidade e a subjetividade do ser (LUKÁCS, 1979),

² Barroco (2008) aponta que o filósofo Luckás (1979) compreende o ser social como um complexo de categorias – tais como trabalho e linguagem, por exemplo. Nesse sentido, o autor entende por categorias ontológico-sociais as formas do ser social se desenvolver, as quais são podem ser elaboradas em isolamento, mas que ocorrem através de mediações que acontecem na totalidade em processo e na qual se configura o ser social.

Marx (2013) em seus estudos considera que o trabalho é responsável por um processo que ocorre entre o homem e a natureza, onde o próprio homem através de sua ação será capaz de mediar, regular e controlar o fluxo de sua relação com a natureza, sendo ele o único ser capaz de realizar tal atividade. O autor aponta que esse processo não acontece de modo espontâneo, mas por causa da capacidade teleológica, a qual irá diferenciar os seres – os animais do homem/ser social.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p. 255, 256).

A partir do que foi posto compreende-se que o trabalho é constituidor do gênero humano, pois possui caráter ontológico, configurando-se como elemento transformador do ser social e um desenvolvedor de potencialidades, além de ser um modo fundante e de inserção na sociedade.

A análise sobre o trabalho a partir do momento atual, onde o Modo de Produção Capitalista (MPC) é responsável por modificar as relações sociais e o significado do trabalho. Além disso, tal acumulação causa impactos intensos na classe trabalhadora, atingindo-a de forma brutal. As mudanças nas esferas produtivas dão origem ao que Engels irá chamar de exército industrial de reserva, termo usado para definir aqueles trabalhadores desempregados que não conseguem encontrar quem esteja disposto a pagar por sua força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

Os autores acima consideram ainda que os/as desempregados/as são ferramentas disponíveis para os capitalistas, posto que a partir delas a burguesia tem o poder de pressionar os/as trabalhadores/as para pagar baixos salários, sendo esta a função primária deste vasto contingente. Desse modo, não há como falar de uma sociedade capitalista sem o desemprego, pois o “capitalismo ‘real’ [...] sempre registrou um ineliminável contingente de trabalhadores desempregados” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 145).

Nesse sentido, considera-se:

[...] a demanda de força de trabalho pelos capitalistas aumenta ou diminui conforme o nível de acumulação; o que se pode afirmar é que, sendo a taxa de acumulação inferior à taxa de crescimento da produtividade do trabalho, a demanda de força de trabalho cairá. Numa palavra, o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças

produtivas sob as relações sociais de produção capitalistas (SALAMA; VALIER, 1975, p. 86-89 apud NETTO; BRAZ, 2006, p. 147).

A acumulação flexível é responsável por aprofundar desigualdades e o processo de precarização na estrutura do trabalho, tendo como principais características um movimento de flexibilidade nos processos de trabalho, bem como nos mercados onde os trabalhadores/as se inserem e nos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 1998).

Assim, “a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua forma de ser” (ANTUNES, 2015, p. 33).

Entende-se que enquanto os empregos estão reduzidos e/ou precarizados para a sociedade, o desemprego e a degradação social aumentam junto a barbárie. Como resposta a isso, se ocorrer ascensão nos níveis de capital, ocorrerá aumento da destruição – tanto ambiental quanto social –, sendo a classe-que-vive-do-trabalho atingida diretamente e vivenciando intensa crise estrutural (ANTUNES, 2010).

O autor afirma, ainda, que o mundo do capital provoca a destruição do trabalho de modo direto e “expulsa da produção uma infinidade de trabalhos que se tornam sobranes, descartáveis e cuja função passa a ser a de expandir o bolsão de desempregados [...]” (ANTUNES, 2011, p. 406). Esse movimento ocorre em escala global, tendo como características a perda de trabalho estável e sua substituição por trabalhos precarizados, gerando, de acordo com o autor, uma eclosão do desemprego estrutural a nível mundial.

Tais acontecimentos implicam em uma reconfiguração no mundo do trabalho, provocando a ascensão da precarização ou perda do emprego, surgindo novas formas de extração da mais-valia. Exemplos dessa mudança são os trabalhadores e trabalhadoras de *call center*, telemarketing, supermercados, entre outros (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Os reflexos da reestruturação produtiva podem ser observados a partir de um processo de análise da realidade e a observação de um cenário que se torna mais preocupante com o advento da pandemia da COVID-19.

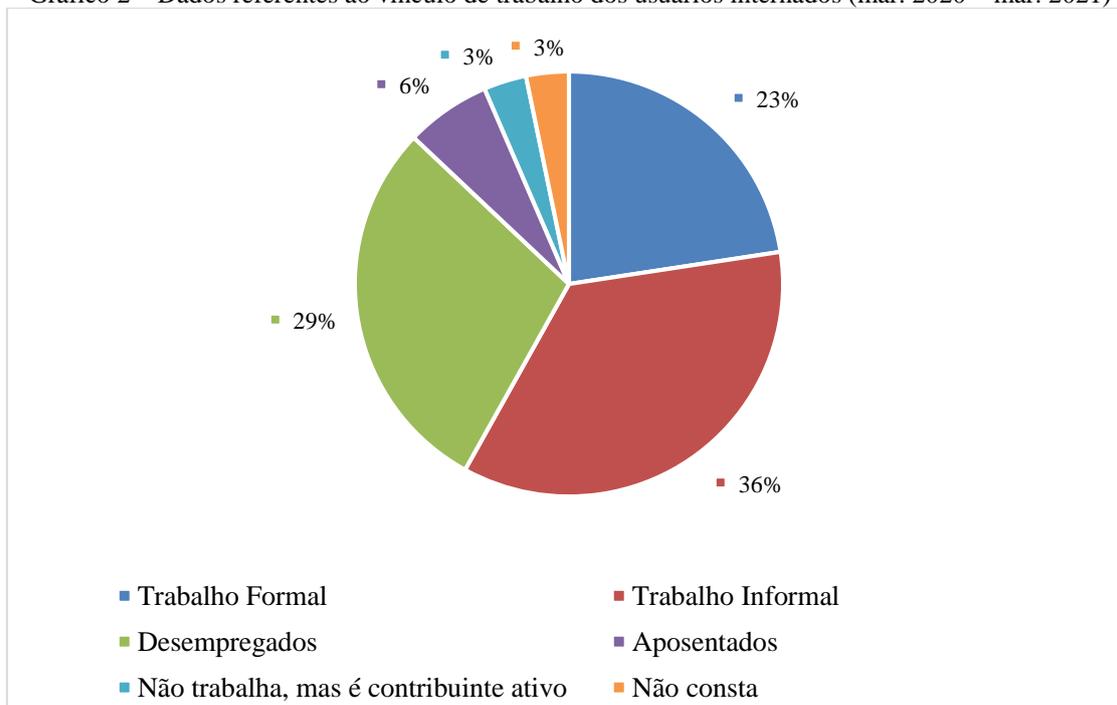
Ao compreender esse contexto observa-se que a pandemia atingiu e está atingindo de modo mais intenso os/as trabalhadores/as informais. Geralmente, as condições de vida dessas pessoas perpassam pela existência em áreas vulneráveis, as quais possuem rendimentos baixos e variáveis e não possuem acesso à água potável, condições de moradia dignas, sistemas de saúde eficazes e contam com um sistema de proteção social completamente vinculado ao trabalho formal - o único que oferta os mínimos direitos trabalhistas, tais como: férias, salário

mínimo, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade, auxílio-doença e seguro-desemprego (COSTA, 2020).

Mediante ao que foi exposto é possível perceber que o trabalho tem um papel fundamental nos modos de existir e constituir o ser social, haja vista que ele tem um caráter central na formação dos indivíduos e se configura, como dito no início desse tópico, como um fator protetivo, haja vista que a realização se dá através do exercício das atividades laborais.

Posto isso, a articulação entre o cotidiano e a prática profissional é imprescindível para que seja viável a compreensão do processo de adoecimento mental dos indivíduos internados. A partir da análise dos prontuários, diários de campo e de elementos encontrados nos sistemas eletrônicos hospitalares disponíveis no Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU) e MV2000 foi possível apreender de fato os dados do desemprego, posto que 65% dos usuários se encontram em situação de ausência ou precarização do trabalho (através das modalidades de trabalho informal), sendo 29% desempregados e 36% inseridos no mercado de trabalho informal. Já 12% corresponde à soma dos usuários aposentados, daqueles os quais os dados não constam nas entrevistas sociais e dos usuários que não estão trabalhando, mas que contribuem como autônomos para a previdência social. Além disso, verifica-se que apenas 23% contam com o vínculo formal de trabalho e os benefícios de ser segurado pela Previdência Social. Esses dados estão expressos no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Dados referentes ao vínculo de trabalho dos usuários internados (mar. 2020 – mar. 2021)



Fonte: Dados coletados nos sistemas hospitalares do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) através das entrevistas sociais dos usuários internados em leitos de saúde mental do período de março/2020 a março/2021.

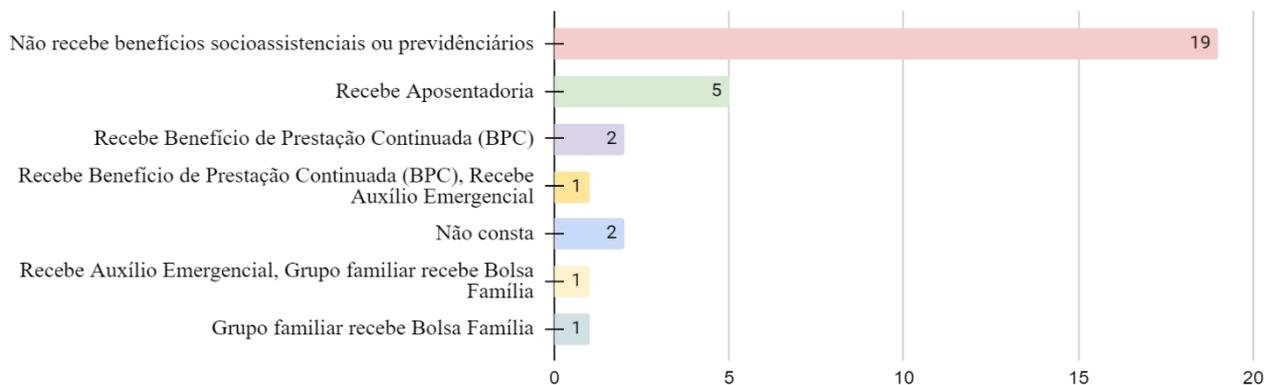
Vale ressaltar que através dessa coleta não foi possível afirmar a partir da coleta de dados o período que ocorreu a inserção dos usuários na condição relacionada ao vínculo (ou ausência dele) empregatício.

Observar o percentual desses sujeitos fora do mercado de trabalho formal é um dado assustador, mas que condiz com o que apontam as pesquisas dos órgãos nacionais, além de revelar muitos aspectos das condições de vida e do próprio trabalho dos usuários internados. O número de 65% de usuários fora do mercado de trabalho formal é um dado importante, pois é necessário realizar a análise de como está sendo o processo de acesso a renda desses indivíduos, se estão tendo acesso a benefícios socioassistenciais e previdenciários; além de estabelecer um olhar sobre o quantitativo de pessoas dependentes dessa renda.

Nesse sentido, nota-se que 54,8% dos usuários sobrevivem com uma renda familiar de 1 até 3 salários mínimos. No entanto, 74,2% dos usuários distribuem esse valor com núcleos familiares de 2 a 5 pessoas, tornando esse valor baixo para as necessidades familiares - as quais muitas vezes incluem despesas com medicação para a continuidade do tratamento de usuários com adoecimento mental.

Mediante a precarização do trabalho e das condições de vida dos usuários, uma alternativa seria o acesso aos benefícios ofertados pelas políticas de assistência e previdência social. Contudo, ao aprofundar o olhar sob esses dados, é possível enxergar a dificuldade do acesso a direitos, onde do total de 31 pessoas, 61,2% (19 indivíduos) não recebem nenhum tipo de benefício social, seja ele vinculado à política de assistência ou à política de previdência social. Apenas 29,8% (5 pessoas recebem aposentadoria; 2 são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC; 1 recebe o BPC e uma pessoa do seu núcleo familiar recebe o Auxílio Emergencial; 2 não possuem informações sobre sua fonte de renda; 1 recebe o Auxílio Emergencial e é contemplado em seu núcleo familiar com o Bolsa Família; e por fim, 1 tem o programa Bolsa Família como benefício) são sujeitos que recebem benefícios ou que estão inclusos em grupos familiares que são beneficiários de políticas públicas ligadas à seguridade social. Esses dados estão expressões no gráfico a seguir: o que pode ser observado a seguir:

Gráfico 3 – Dados referentes aos benefícios dos usuários internados na enfermaria de saúde mental (mar. 2020 – mar. 2021)



Fonte: Dados coletados nos sistemas hospitalares do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) através das entrevistas sociais dos usuários internados em leitos de saúde mental do período de março/2020 a março/2021.

Compreende-se, então, que existe uma negação dos usuários do sexo masculino em buscar meios de sobrevivência em benefícios, sejam socioassistenciais ou previdenciários, pois associam que questões vinculadas à assistência social são mais direcionadas para indivíduos do sexo feminino. Isso pode estar relacionado com o fato do trabalho ser constituidor do ser social, elemento fundamental para o ser humano se reconhecer enquanto parte de algo; bem como pode estar relacionado ao fato do homem precisar ocupar o lugar de provedor da casa, com traços viris determinados por uma masculinidade hegemônica, tema que será abordado no tópico a seguir.

4 “HOME QUE É HOME SENTE ORGULHO DE SÊ MACHO”: AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO ENQUANTO FATOR PARA O ADOECIMENTO MENTAL

É primordial compreender que as relações de trabalho são mediadas pelas relações de gênero/sexo. A reafirmação dessa premissa está associada à necessidade de considerar a heterogeneidade das experiências no campo do trabalho, naturalizando assim opressões e desigualdades (COSTA; PINHEIRO, 2015).

Como parte dessa construção, as tarefas e funções passam a ser definidas como masculinas ou femininas. Dessa maneira, quando há um trabalho que requeira leveza e delicadeza, há uma associação direta com a figura da mulher. Enquanto isso, trabalhos que exijam força e velocidade são vinculados à figura do homem (COSTA; PINHEIRO, 2015).

A categoria gênero, portanto, pode ser compreendida a partir de um adensamento histórico, sendo utilizada para apreender as representações do que é dito como masculino e/ou

feminino, sendo estas imagens construídas socialmente com um propósito, se interrelacionando (SAFFIOTI, 2015).

Além de Heleieth Saffioti, outra pesquisadora e uma das pioneiras sobre a discussão de gênero, Joan Scott, irá considerar que:

[...] o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as categorias biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (SCOTT, 1989, p. 7).

A tradição marxista concorda e dá fundamento à ideia de as relações sociais serem fundamentadas pelo trabalho. Para Saffioti (2015), gênero, raça e classes sociais são categorias consideradas eixos estruturantes da sociedade. A autora coloca que a relação entre as três categorias se dá semelhante a um nó, o qual é extremamente ligado, mas cada parte tem sua existência de modo individual. No entanto, um influi no modo de compreender o outro e seu lugar na sociedade.

O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo, apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas (SAFFIOTI, 2015, p. 114. Grifos da autora).

Essa perspectiva recai sobre a concepção de que deve ser realizada uma elaboração social do sexo, ou seja, não deve ser estabelecida uma dicotomia entre sexo e gênero – posto que há a compreensão de que o sexo é vinculado apenas ao biológico e o gênero é construído socialmente. O que é considerado, neste momento, é que sexo e gênero constituem uma unidade, não existindo a sexualidade apenas biológica, independente do contexto social em que está inserida, mas preservação da relação do ser social com o que é orgânico (SAFFIOTI, 2015). Ou seja, a autora afirma que o corpo também faz parte do processo de inclusão do indivíduo na sociedade, “quer como mão de obra, quer como objeto sexual, quer, ainda como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção [...]” (idem, p. 133).

É sob esta ótica que se compreende que “o sexismo não é apenas uma ideologia, reflete também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual em detrimento das mulheres. [...] prejudica homens, mulheres e suas relações” (SAFFIOTI, 2015, p. 37).

Saffioti (2009) ainda irá observar que o patriarcado:

refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. [...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito (idem, p. 39).

Cisne e Santos (2018) afirmam que a fusão e a relação estabelecida no “nó” dão origem ao sistema heteropatriarcal-racista-capitalista, sendo esta uma fusão extremamente funcional para o sistema de produção e reprodução do capitalismo, já que o racismo e o patriarcado acham base para o entendimento da exploração intensificada do trabalho, o que é considerado como uma condição central para as situações das múltiplas formas de opressão.

[...] dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento de outros(as), seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro (CISNE; SANTOS, 2018, p. 26).

Nesse contexto, de acordo com uma visão conservadora, é possível enxergar dois discursos no tocante às relações de gênero: o primeiro modelo coloca as mulheres em um local de fragilidade e, além disso, as põe no lugar de submissas. O segundo modelo coloca os homens como o sexo forte, além de terem uma postura de dominador, viril. Por estas características, o domínio masculino é nítido nos diversos aspectos da sociabilidade, tais como o discurso, a linguagem e as formas de se comportar (SANTOS, 2010).

No tocante aos tipos de masculinidade, de acordo com Connell (1995), existem quatro padrões no Ocidente. São eles: a hegemônica, a subordinada, a cúmplice e a marginalizada. Assim, entende-se como masculinidade hegemônica aquela que se refere e reforça a legitimidade do patriarcado, sendo um instrumento utilizado para garantir a dominação dos homens e a subordinação das mulheres. Já a masculinidade subordinada, está associada à dominância e subordinação entre grupos de homens. Um exemplo claro é a dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais (CONNELL, 1995).

A masculinidade cúmplice pode ser definida como a que está vinculada ao projeto de masculinidade hegemônica, mas não abarca todas as ideias dele. São denominadas de cúmplices, pois são capazes de perceber e desfrutar de vantagens do patriarcado sem defenderem plenamente esta posição. Por fim, a masculinidade marginalizada diz respeito às

relações estabelecidas entre as masculinidades e classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados; é uma masculinidade que está marginalizada, pois leva em consideração a classe social e/ou a raça como aspectos que respaldam a subordinação (CONNELL, 1995).

A masculinidade hegemônica não diz respeito a um estilo de vida, mas a configurações que formam as relações de gênero. Novos grupos podem desafiar antigas soluções e construir uma nova hegemonia. A hegemonia está relacionada à dominância cultural na sociedade como um todo. O número de homens que praticam rigorosa e inteiramente o padrão hegemônico de masculinidade pode ser pequeno, mas a maioria dos homens usufrui dessa hegemonia, pois se beneficia do dividendo patriarcal da subordinação geral das mulheres (COSTA, 2003, p. 80).

Nascimento (1999) define o modelo hegemônico de masculinidade como caracterizado pela compreensão de que o homem é uma figura de autoridade, principalmente na esfera doméstica. Além disso, é autônomo e livre diante de outros homens. Algumas de suas principais características são: ter força, coragem e não expressar suas emoções, muito menos chorar. Ainda é considerado o provedor do lar e é heterossexual. Costa (2003) afirma esses padrões, apontando que os elementos mais vinculados a um modelo hegemônico de masculinidade são: “[...] virilidade (vigor e energia); sustento dos filhos; autonomia e autoridade em relação às mulheres; iniciativa sexual; prescrição de força e disputa; heterossexualidade; associação com a esfera pública” (COSTA 2003, p. 80, 81).

Silva (2006) traz ainda que o conceito de masculinidade hegemônica é fundado nos modelos tradicionais e no que está pré-definido como o comportamento ou a personalidade do homem, sendo ele necessariamente dotado de uma postura machista, viril e heterossexual. Além disso, o homem não poderia expressar sentimentos “frágeis”, demonstrando apenas agressividade e comportamento de risco.

Dessa maneira, a masculinidade hegemônica prevalece sobre outras masculinidades já expostas no decorrer desse trabalho. Para Connell e Messerschmidt (2013, p. 245):

A masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; [...]. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.

Esse tipo de posicionamento coloca homens e mulheres em lugares complexos e dotados de múltiplas questões. O foco, aqui, é a influência dessa masculinidade hegemônica no

adoecimento mental de homens, posto que muitos, devido ao que é posto pelas normas sociais baseadas no modelo patriarcal, se sentem obrigados a prover o alimento para sua família. Quando isto não ocorre, é comum observar no discurso dos usuários durante o período de internação uma sensação de vazio ou despertencimento da vida social. Esses sentimentos são agravados com a ausência de uma categoria muito discutida nesta pesquisa: o trabalho. Nessa perspectiva, destaca Saffioti (2015, p. 38):

[...] há muito desemprego de longa duração. Isto repercute em toda população, de forma negativa. Os homens, contudo, são os mais afetados, na medida em que sempre lhes coube prover as necessidades materiais da família. E este papel de provedor constitui o elemento de maior peso na definição de virilidade. Homens que experimentam o desemprego por muito tempo são tomados por um profundo sentimento de impotência, pois não há o que eles possam fazer.

Os relatos do Sr. Rafael*³, 44 anos, trabalhador informal (feirante) e em uma união estável com a Sra. Cláudia*, revelam a importância do trabalho na vida desses usuários. De acordo com os registros obtidos no Diário de Campo, o Sr. Rafael demonstrava profunda tristeza por não ser o provedor de sua casa, agravando a sua situação de saúde. Segundo o usuário, ser sustentado pela pensão de sua enteada era “humilhante demais”, pois ele que era “o homem da casa” deveria ser o responsável pelo aspecto financeiro. A sua dificuldade em retornar para o mercado de trabalho formal provocou profunda desesperança, provocando sentimentos negativos e um adoecimento que levaram o usuário a algumas tentativas de suicídio.

O mesmo aconteceu com o Sr. Leonardo*, sujeito que impulsionou os questionamentos que levaram à construção desse artigo e motivou o estudo da temática. Sua esposa tinha um vínculo de trabalho formal sólido e o usuário tinha apenas uma empresa como Micro-empendedor Individual (MEI), a qual prestava serviços e não estava firmada no mercado. Devido às dificuldades enfrentadas em sua empresa, o usuário desenvolveu uma depressão moderada, o que acarretou em uma tentativa de suicídio. Durante o seu processo de internação, o Sr. Leonardo demonstrava profunda preocupação por não estar correndo atrás do sustento de sua família, já que ele tinha o papel de homem e deveria ser o porto seguro (financeiro e emocional) de sua esposa e sua filha.

São casos como os citados anteriormente que revelam como as expressões da Questão Social, provocada pela crise estrutural do capitalismo, pela acumulação flexível do capital e

³ O nome de todos os/as usuários/as foi alterado para manter o sigilo.

pela precarização do trabalho atingem os sujeitos em seus mais variados campos – sendo a saúde mental um importante elemento para a análise, principalmente realizando um recorte de gênero.

Dessa forma, é fundamental manter a articulação no debate de tais categorias, haja vista que os movimentos em nossa sociedade acontecem de modo transversal, onde as conexões com as mais variadas temáticas fornecem e possibilitam enxergar os processos de maneira integral, com base em análises de totalidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão presente nesse artigo tinha como objetivo relacionar a questão do trabalho e as mudanças provocadas pela reestruturação com as relações patriarcais de gênero e o adoecimento mental na sociedade. A partir de algumas leituras, foi estabelecido como objetivo geral realizar a análise da organização do trabalho no modo de produção capitalista e seus impactos no adoecimento psíquico dos homens, tendo foco nos usuários internados nas enfermarias de saúde mental do Hospital Universitário Onofre Lopes.

Ao passo que o arcabouço teórico foi sendo estruturado, deu-se o processo de reflexão sobre o real papel do trabalho nas condições de vida dos indivíduos. É através do trabalho que o ser humano irá se realizar, estabelecer relações, garantir sua sobrevivência e possibilitar o seu desenvolvimento. Conforme a precarização ocorre com as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva e o modo de acumulação flexível se firma, é posto em risco a existência dos sujeitos, haja vista que as expressões da Questão Social estão cada vez mais acentuadas e a população se encontra em níveis alarmantes de pauperização.

Esse cenário se releva extremamente fértil para a germinação de questões que provocam sofrimento psíquico, principalmente quando e levado em consideração os papéis que cada um ocupa na sociedade – no caso dos analisados nesse artigo, dos proletários pertencentes ao sexo masculino. Nesse sentido, ao traçar um olhar amplo e realizar uma conexão entre as categorias de trabalho, gênero e adoecimento mental, percebe-se que é impossível compreender os acontecimentos que influenciam no sofrimento psíquico sem estar atento às condições de vida e trabalho dos usuários, sem apreender a sua conjuntura e quais são as suas perspectivas e possibilidades.

A análise dos dados foi comprometida, como em muitas pesquisas realizadas nesse período, devido à pandemia da COVID-19, haja vista que não se pôde realizar entrevistas presenciais com os usuários internados no leito e houve uma limitação no quantitativo de leitos disponíveis, reduzindo ainda mais o número de pacientes presentes na enfermaria masculina.

Devido à essa questão enfrentada no processo de elaboração foi necessário realizar modificações para adequar os instrumentos da pesquisa aos meios viáveis para a construção desse artigo.

Apesar dos percalços, a junção das informações coletadas no diário de campo, nos sistemas hospitalares, nas entrevistas sociais e com a fundamentação teórica foi possível apreender as dificuldades enfrentadas atualmente no mundo do trabalho, sua relação com o adoecimento psíquico e o gênero como elemento agravante nesse movimento, haja vista que a responsabilidade dos papéis impostos pela estrutura social tem um grande peso no ombro dos sujeitos.

Compreender como esses aspectos afetam as condições de sobrevivência e existência dos usuários é imprescindível, pois enquanto o Modo de Produção Capitalista estiver no controle do sistema socioeconômico, todo tipo de exploração e exclusão ocorrerá. Frente a isso, é essencial que toda a equipe multiprofissional esteja atenta a tais aspectos, posto que o cuidado deve ser integral e intersetorial, cabendo a todos/as os/as profissionais que lidam com os usuários compreender o contexto social em que ele vive e como essa conjuntura impacta ao longo do desenvolvimento desse indivíduo, entendendo que a análise do processo saúde-doença é multicausal e necessitam de intervenções em suas múltiplas questões.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010.

_____. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015. 16 ed.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419. jul./set., 2011.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 8).

CONNELL, R.W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, Abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>.

COSTA, R. G. Saúde e masculinidade: reflexões de uma perspectiva de gênero. **Revista brasileira de Estudos de População**, v. 20, n. 1, p. 79-92, 2003.

COSTA, R.G.; PINHEIRO, P.W.M. A pertinência da categoria divisão sexual do trabalho para a análise da morfologia do trabalho na contemporaneidade. **Emancipação**, 2015; v. 15, p. 43-57.

COSTA, S. da S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 4 [Acessado 5 Outubro 2021], pp. 969-978. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>. Epub 28 Ago 2020. ISSN 1982-3134.

GONZAGUINHA. Um homem também chora (guerreiro menino). **Alô, alô Brasil**. EMI-Odeon, 1983. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=keiHSKW8iHU>.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

LEGIÃO URBANA. Música de trabalho. **A Tempestade ou O Livro dos Dias**. EMI, 1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wfuqOyp1bIo>.

LUCKÁS, G. **A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Lech, 1979.

MANHOSO. **Pra Tu Ser Homem.** Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=B5KNKaySK-g&t=4s&ab_channel=jukebox4all.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NASCIMENTO, P. F. G. **“Ser homem ou nada”:** diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. Dissertação de mestrado em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política – uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** FlacsoBrasil, pp. 2 - 44. Disponível em:
from http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, S. O modelo predominante de masculinidade em questão. **Revista de Políticas Públicas,** vol. 14, núm. 1, jan-jun., 2010, p. 59-65.

SILVA, S. G. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicol. cienc. prof.,** Brasília, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=en&nrm=iso>.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila, 1989.